PROPOSTAS ELABORADAS NAS PRÉ-CONFERÊNCIAS

EIXO 1 – FINANCIAMENTO

Prioridades para o Município:	
1.	Reestruturar e financiar a contratação de maior número de profissionais de equipe técnica para atuar no órgão gestor da Assistência Social nas direções das proteções sociais, conforme preconiza o SUAS;
2.	Garantir a profissionalização da política de Assistência Social, por meio de estratégias de apoio aos entes para a realização de concursos públicos, ampliação de equipes de referência, estruturação, qualificação e valorização dos profissionais do SUAS e implantar e implementar a NOB-RH/SUAS nos municípios com ampliação das equipes de referência e jornada de trabalho de 30h, conforme a LOAS;
3.	Ampliar recursos destinados aos benefícios eventuais, com vistas a ampliar anualmente devido o aumento da demanda pelos benefícios.

Prioridades para o Estado:	
1.	Garantir, regularizar e ampliar cofinanciamento estadual de forma regular e permanente dos serviços da proteção social básica e especial programas e projetos de assistência social, conforme determina a LOAS, bem como os benefícios eventuais conforme art. 22 da LOAS, prioritariamente aqueles que possuem leis da assistência social;
2.	Asseguras e ampliar o cofinanciamento para a criação e manutenção de serviços regionalizados de proteção social especial de alta complexidade, principalmente para Pessoas com Deficiência para os municípios de pequeno porte.

Prioridades para a União:	
1.	Aplicar 1% da receita corrente líquida para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e garantir que as parcelas do cofinanciamento sejam ininterruptas, reajustando anualmente os valores de acordo com a inflação e os custos reais dos serviços de Proteção Social Básica e Especial (PEC 383/2017);
2.	Revisar a NOB-RH/SUAS visando ampliar a quantidade mínima de profissionais de nível superior dos serviços de proteção social básica e especial, principalmente dos equipamentos de CRAS e CREAS, uma vez que a equipe mínima determinada não é o suficiente para atendimento da demanda;
3.	Inserir a Política de Assistência Social como área prioritária, assim como saúde, educação, para que haja a possibilidade de realização de concurso e com convocação de RH, independente de limite prudencial conforme previsto na lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o Governo Federal cofinancia o pagamento da equipe de referência.

PROPOSTAS ELABORADAS NAS PRÉ-CONFERÊNCIAS

EIXO 2 – CONTROLE SOCIAL

Prioridades para o Município:	
1.	Incentivar a contratação de um profissional intérprete de LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais, para que usuários surdos possam participar das reuniões dos Conselhos, bem como ser um incentivo para que os mesmos tenham autonomia de buscar por direitos.
2.	Aumento da divulgação e publicização das ações do CMAS.
3.	Desburocratização em relação aos projetos deliberados pelo CMAS (Conselho é Deliberativo.)
4.	Lei que fixa valor percentual de 5% do orçamento do Município para aplicação na Assistência Social.

Prioridades para o Estado:	
1.	Garantir qualificação, capacitação, educação permanente e continuada dos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS, para o fortalecimento do Controle Social.
2.	Fixação do orçamento, para teto mínimo, 3% do orçamento estadual para a política de Assistência Social.
3.	Buscar meios para ampliar a participação da sociedade nos conselhos.

Prioridades para a União:	
1.	Delegar maior autonomia aos Conselhos Estaduais e Municipais, a partir da análise territorial, para a definição e aplicação dos recursos, garantindo que o Governo Federal desenvolva e cumpra o Plano Nacional de Monitoramento e Avaliação.
2.	Ampliação da renda per capta para acesso ao BPC. Extensão do acesso ao BPC por pessoas com comorbidades incapacitantes ao trabalho.

PROPOSTAS ELABORADAS NAS PRÉ-CONFERÊNCIAS

EIXO 3 – ARTICULAÇÃO ENTRE SEGMENTOS

Prioridades para o Município:	
1.	Construir, junto com os usuários, materiais que expliquem melhor os serviços e como acessá-los, sendo estes acessíveis em todas as formas de comunicação, divulgando a Assistência Social por meio de campanhas permanentes para assegurar a participação dos usuários.
2.	Efetivar formas eletivas de escolha dos representantes dos usuários nos Conselhos de direitos pelos próprios usuários.
3.	Construir, junto com os usuários, materiais que expliquem melhor os serviços e como acessá-los, sendo estes acessíveis em todas as formas de comunicação, divulgando a Assistência Social por meio de campanhas permanentes para assegurar a participação dos usuários.
4.	Instituir uma Política Nacional de Comunicação do SUAS e dos direitos de cidadania na área da assistência social, garantindo ampla divulgação sobre os programas, projetos e serviços.
5.	Criação de Fórum permanentes dos usuários e entidades, anualmente.
6.	Descentralização das reuniões dos Conselhos para garantir a participação do usuários.
7.	Manter as Pré-Conferências a fim de articular os segmentos cada vez mais, considerando as importantes trocas que ocorrem nesses espaços;

Prioridades para o Estado:	
1.	Ofertar capacitação permanente aos trabalhadores da rede SUAS, através de um Plano de Capacitação com realização de cursos/treinamentos sobre a política de assistência social, instrumentos de gestão, orçamento público, prestação de contas, entre outras. Com atividades práticas do dia a dia e apoiando tecnicamente os municípios, respeitando o porte do município.
2.	Ofertar capacitação permanente aos trabalhadores da rede SUAS, através de um Plano de Capacitação com realização de cursos/treinamentos sobre a política de assistência social, instrumentos de gestão, orçamento público, prestação de contas, entre outras. Com atividades práticas do dia a dia e apoiando tecnicamente os municípios, respeitando o porte do município.
3.	Maior publicização das informações sobre benefícios e programas para os municípios para a orientação para os usuários, por meio de materiais instrucionais bem descritivos.
4.	Realização de fóruns entre trabalhadores do SUAS tanto da esfera pública quanto do terceiro setor, sociedade civil, a fim de trocas de experiências, visando a articulação entre os segmentos, humanizando as relações entre os trabalhadores do SUAS.

Prioridades para a União:	
1.	Garantir o aumento do financiamento do orçamento nacional para a política de Assistência Social.
2.	Criação de orçamentos nacionais e programas voltados para migrantes e imigrantes que estão no país.

PROPOSTAS ELABORADAS NAS PRÉ-CONFERÊNCIAS

EIXO 4 – SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Prioridades para o Município:	
1.	Criação de um Fórum Municipal Permanente com objetivo à discussão, organização e planejamento da política municipal de assistência social do município de Medianeira.
2.	Implantar o serviço de Vigilância Socioassistencial com objetivo da produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos.
3.	Implantar o serviço de acolhimento específico às pessoas com deficiências, proporcionando também a possibilidade de constituição de equipe multiprofissional para atuação com essa demanda. Com parceria de outros municípios através de consórcio intermunicipal.
4.	Realizar um diagnostico socioassistencial do território, com vistas ao correto direcionamento das políticas públicas, bem como serviços, programas e projetos que se fizerem necessários.
5.	Implantar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 18 a 29 anos e para adultos de 30 a 59 anos, priorizando as Pessoas com Deficiência, sem prejuízo aos demais casos previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com vistas à prevenção de situações de isolamento e violações de direitos deste público específico.

Prioridades para o Estado:	
1.	Garantir cofinanciamento estadual para ampliação das equipes de CRAS e CREAS.

Prioridades para a União:	
1.	Garantir cofinanciamento federal para a implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

PROPOSTAS ELABORADAS NAS PRÉ-CONFERÊNCIAS

EIXO 5 – BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Prioridades para o Município:	
1.	Regulamentar, por meio de decreto, a Lei nº 1.017 de 13 de maio de 2022 – Cartão Humanizar
2.	Acrescentar ao Auxílio Funeral o Cartão Humanizar para custear as despesas com Serviços Funerários
3.	Articular meios para ampliar a Rede Credenciada do Cartão Humanizar com a finalidade de estender para os bairros, cadastrando preferencialmente o comércio local
4.	Definir cronograma fixo de busca ativa em parceria com o Setor CadÚnico a fim de identificar beneficiários não assistidos pela Política de Assistência Social do Município
5.	Prever campanhas informativas para divulgação dos Serviços, Programas e Projetos ofertados pelo CRAS Medianeira
6.	Contratação de 1 profissional de Serviço Social específico para as atender as demandas do CadÚnico e Programas de Transferência de Renda
7.	Implantar o Serviço de Vigilância Socioassistencial com a finalidade de subsidiar as ações da Política de Assistência Social do Município

Prioridades para o Estado:	
1.	Ampliar a renda per capita de enquadramento do Cartão Comida Boa para 1/2 salário mínimo nacional
2.	Aumentar o valor do benefício Cartão Comida Boa para R$ 150,00 por família

Prioridades para a União:	
1.	Ampliar a renda per capita para enquadramento do BPC para até 1/2 salário mínimo nacional
2.	Garantir o pagamento de 13º para os Beneficiários do BPC